



Resumo de Notícias



Escolha da nova direção do Sinttel-ES

Aberto processo eleitoral

A eleição do Sindicato é um dos momentos mais importantes da organização dos trabalhadores na manutenção e ampliação dos direitos e benefícios garantidos nos acordos e convenções coletivas de trabalho, pois é a direção dos sindicatos que os/as negociam.

Conforme edital publicado no jornal A Tribuna, no dia 07/03, e afixado nos quadros de avisos da maioria das empresas, o Sinttel-ES quer dar visibilidade e publicidade à eleição. O objetivo é permitir a participação de todos os associados em condições de votar.

Novo mandato

Estamos chegando ao fim de mais um mandato e acreditamos que a atual direção se dedicou para oferecer aos/as trabalhadores/as – sindicalizados e não sindicalizados – o melhor trabalho em prol de todos que o Sinttel-ES representa.

Honrar o voto de confiança dado pelos trabalhadores e, em especial pelos associados do Sindicato, foi sempre o grande desafio.

Muitas foram as lutas. Muitas foram as dificuldades. Muitas vitórias foram conquistadas. O objetivo foi e será um só: fazer respeitar e ampliar os

Nesta quinta-feira, dia 10 de março, o Sindicato reunirá os associados, em assembleia, para discutir o calendário da eleição e eleger a comissão eleitoral que coordenará o processo de eleição da direção do Sinttel para o quadriênio 2016/2020

direitos dos/as trabalhadores/as. Os últimos quatro anos mostram que o Sinttel não desviou-se dessas metas. E nem poderia ser diferente, pois Sindicato de verdade é o que está presente nas ações de defesa da categoria.

Como será a eleição?

O processo eleitoral começa com a assembleia elegendo a comissão eleitoral. São as pessoas que vão coordenar todas as etapas até a posse da nova direção.

A partir daí, elabora-se um calendário, definindo prazos e datas para a inscrição de chapas e os dias da eleição, obedecendo as regras estabelecidas no Estatuto.

O/a trabalhador/a consciente dos seus deveres não pode ficar de fora desse processo. A eleição do sindicato é muito importante, pois os eleitos é que vão negociar os pisos, reajustes salariais, benefícios como tíquete alimentação, por exemplo. Perceber como isso afeta sua vida?

A assembleia está marcada para as 18h30min e se realiza no auditório da entidade que fica na Rua Barão de Monjardim, 251, no centro de Vitória. O próximo mandato vai até 2020.

SINTTEL-ES EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Eleitoral



O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo – SINTTEL-ES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, atendendo ao disposto nos Arts. 51 e 52 do Estatuto do SINTTEL-ES e seus respectivos parágrafos, **convoca todos os seus associados quites e em condições de voto, para participarem da Assembleia Geral Eleitoral, a ser realizada no dia 10 de março de 2016 no auditório do Sinttel-ES, na Rua Barão de Monjardim, 251 – centro – Vitória/ES, às 18 horas, em primeira convocação e às 18h30min em segunda e última convocação**, com qualquer número de associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Eleger os membros que formarão a Comissão Eleitoral;
2. Elaborar e aprovar o calendário eleitoral, para realização das eleições da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, dos Delegados Representantes e dos respectivos suplentes para o quadriênio 2016/2020;
3. Discutir e deliberar sobre a necessidade de adiamento ou antecipação do término do mandato da atual gestão.

Vitória (ES), 07 de março de 2016

Nilson Hoffmann



Resumo de Notícias

Projeto de Lei 2673/2007

Plenário da Câmara dos Deputados rejeita recurso e projeto de regulamentação de telemarketing vai direto para o Senado

O Plenário da Câmara rejeitou há pouco um recurso contra a votação conclusiva nas comissões da regulamentação da jornada de trabalho de trabalhadores de telemarketing (Projeto de Lei 2673/07). Com isso, a proposta segue para o Senado.

O recurso foi patrocinado por parlamentares do partido Solidariedade, que desistiram de impedir a análise apenas pelas comissões. O deputado Francisco Francischini (SD-PR) explicou que o partido se reuniu com representantes de trabalhadores de telemarketing e foram convencidos e que a proposta é boa para o setor.

A proposta define jornada de trabalho contínuo limitada a 6 horas diárias e a 36 horas semanais. No caso de trabalho em tempo parcial, o limite da jornada será de 4 horas diárias e 24 horas semanais.

O texto aprovado também exige que, a cada período de 50 minutos, o trabalhador de telemarketing e teleatendimento tenha um intervalo de 10 minutos para descanso. Alguns desses intervalos deverão ocorrer fora do posto de trabalho.

Fica proibida, ainda, a prorrogação da jornada de trabalho, exceto em casos de força maior, necessidade imperiosa ou conclusão de serviços inadiáveis.

Operador/a de telemarketing/teleatendimento é

profissão

O deputado Mainha (SD-PI) reforçou o acordo para rejeitar o recurso. "Nos convencemos de que é bom para o trabalhador, por isso o partido está rejeitando o recurso", disse.

Para o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), a proposta faz o reconhecimento das especificidades e características próprias de telemarketing.

Já o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) lembrou que as normas previstas no projeto foram negociadas em reunião tripartite entre trabalhadores, empregadores e Ministério do Trabalho. A rejeição do recurso, segundo ele, permite que a proposta possa tramitar e ser convertida em lei.

Fonte: Câmara dos Deputados

A importância da lei

O diretor do Sinttel-Rio Gilberto Palmares, lembra que a proposta de um projeto regulamentando a atividade de operador de telemarketing já existia há muito tempo, mas não era viabilizada. Em 2004, quando ele criou na Assembleia

Legislativa do Rio de Janeiro a Comissão Especial de Fiscalização das Condições de Trabalho em Call Center, a necessidade de uma lei regulamentando a atividade ficou ainda mais evidente. Era grande o número de denúncias de operadores, principalmente depois que o Anexo II da NR-17 entrou em vigor e as empresas descumpriram boa parte do que havia sido negociado.

Em parceria com o Sinttel-Rio, a Comissão esboçou uma proposta. Como se trata de assunto de competência da Câmara Federal, a proposta foi encaminhada aos deputados federais Jorge Bittar e Luiz Sergio (PT-RJ) e, assim, se transformou no PL 2673/2007. Para Palmares, embora o projeto não aborde todas as questões que afligem os teleatendentes, uma vez aprovada, a lei vai regulamentar imediatamente a remuneração e a jornada de trabalho, além de abrir precedente para novas conquistas.



Resumo de Notícias

06/03/2016 - Instituto Telecom

Em reunião do Conselho, Felix vê outros setores com os mesmos problemas das telecomunicações

O presidente do grupo América Móvil no Brasil, José Félix, participou na última quinta, dia 2, da primeira reunião de trabalho do novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A reunião tinha como objetivo discutir temas para a formação de uma pauta do chamado Conselho. Segundo Félix, ficou claro durante a reunião que vários setores da economia padecem dos mesmos problemas para retomarem o crescimento. "Um primeiro tema que me pareceu consensual entre os empresários é a questão tributária, e nesse o setor de telecomunicações é o que mais sofre", disse Félix a esse noticiário.

Ele também apontou uma grande preocupação de diferentes setores com a questão dos limites a investimentos estrangeiros, "ainda que isso não seja mais um problema para o nosso mercado". Segundo o presidente da América Móvil, outro ponto comum discutido na reunião foram as amarras regulatórias. "O excesso de burocracia, de regulamentos, tudo isso não estimula nenhum acionista a fazer investimentos, não é produtivo e não traz benefícios ao consumidor. Ao contrário, alguém paga a conta, ou deixa de ganhar. E a falta de rentabilidade é um problema".

Felix disse que muito se discutiu em relação ao respeito a contratos e segurança jurídica. "No Brasil, infelizmente, as empresas se sentem inseguras em relação à legislação, e parece que isso não é exclusividade nossa, do nosso setor", diz. A falta de confiança do investidor, diz Felix, "foi algo que veio muito forte" na reunião. "Se não existe confiança nas regras, no

governo e no País, ninguém investe". Mas Felix não acredita que essa seja a principal causa da desaceleração econômica. "Não sou especialista, mas acho que existem problemas sérios de fundamentos, com uma relação de 75% de endividamento sobre o PIB e juros de 15%. Isso vira uma bola de neve. Se não tivermos dinheiro para pagar juros, entra em default".

Felix explicou que o Conselho tem uma composição bastante heterogênea, e que por isso mesmo nem todos os pontos são consensuais. "Do meu lado estavam não só outros empresários, mas também sindicalistas, e naturalmente outros setores têm visões diferentes. Na questão tributária, por exemplo, tem gente que discorda. Na necessidade de modernização do Estado tem gente que acha que está tudo bem, que não se deu conta de que o país está quebrado ou coisa mais grave".

Segundo Félix, independente das dificuldades políticas do governo, a ideia de reunir um conselho para debater questões de desenvolvimento é boa. "Se eu fosse o presidente eu estaria muito perto do Conselho, porque ali está representada toda a sociedade, de empresários a sindicalistas, gente da área de cultura... Para quem quer costurar um acordo com a sociedade, seria um bom caminho".

A partir desta primeira oficina de trabalho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social definirá alguns temas centrais para serem discutidos e apresentados nas próximas reuniões com a presidenta Dilma Rousseff.



Resumo de Notícias

04/03/2016 - Convergência Digital

ONU: Abrir sigilo de telefones pode ter consequências negativas para os direitos humanos

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos tomou partido na briga judicial travada pela Apple contra o FBI na questão da quebra de sigilo dos telefones de terroristas envolvidos no ataque de Pasadino, na Califórnia. Em comunicado divulgado nesta sexta-feira, 04/03, a ONU destaca que a quebra de sigilo pode ter consequências nefastas aos direitos humanos no mundo.

“Forçar a Apple a criar programas informáticos para minar os elementos de segurança de seus próprios telefones” pode ter “consequências negativas para os direitos humanos das pessoas em todo o mundo”, salienta o comunicado assinado por Zeid Ra'ad Al Hussein.

O informe adverte ainda: “Com o objetivo de resolver um tema de segurança relacionado à encriptação em um caso, as autoridades correm o risco de abrir

uma Caixa de Pandora com implicações extremamente prejudiciais para os direitos humanos de milhões de pessoas, incluindo sua segurança física e financeira”.

Nesta quinta-feira, 03/03, a Apple pediu a um tribunal federal dos Estados Unidos que anule a ordem judicial que exige que a empresa colabore com o FBI no desbloqueio de um iPhone. Nessa disputa, a Apple teve apoio do Google, do Facebook e do Twitter, mas teve uma recepção bem fria por parte dos fabricantes de celulares, com exceção da chinesa Huawei.

Uma petição apresentada em um tribunal da Califórnia no caso que envolve um dos agressores do ataque de San Bernardino afirma que a ordem judicial extrapola a faculdade legal do governo e viola os direitos constitucionais de liberdade de expressão da Apple.

07/03/2016 - Telesíntese

Anatel libera a licença de equipamento para olimpíada

Uma lista de equipamentos que ocupam o espectro brasileiro que poderão ser usados em todos os locais onde haverá a disputa dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, no período de 5 de julho a 25 de setembro foi publicada hoje, 7, pela Anatel, com a dispensa da licença de uso. A norma estabelece também prioridade na avaliação dos pedidos para os equipamentos que precisarão de licença prévia.

Entre os equipamentos que poderão ser usados durante o período das Olimpíadas sem a licença da agência são os de telemedicação e microfones sem fio; que utilizam tecnologia de espalhamento espectral ou outras tecnologias de modulação digital; sistema de acesso sem fio em banda larga para redes locais; equipamento de radiocomunicação de uso geral. Os disparadores de câmeras fotográficas que também ocupam frequências também ficam dispensados de obter a licença temporária.

Mas essa dispensa não assegura aos usuários a preferência na ocupação das frequências e se por algum

motivo os seus equipamentos interferirem em outros que estiverem ocupando o espectro regulamente, eles terão que ser desligados.

A agência autorizou também o uso temporário de radiofrequências para operação de estação terrena transmissora de satélite cujo direito de exploração não tenha sido conferido ainda, no período de 6 de março de 2016 a 25 de setembro de 2016. Para os demais casos onde terá que haver o licenciamento, a portaria estabelece a prioridade para a análise e concessão da outorga e a dispensa do pagamento.



Resumo de Notícias

06/03/2016 - Convergência Digital

Anatel aprova consulta para alterar regras do SeAC e obrigar receptores híbridos no DTH

A Anatel aprovou nesta quinta, dia 3, uma consulta pública sobre proposta de alteração da regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) elaborada pelo conselheiro Rodrigo Zerbone. O texto aprovado estabelece a obrigação de implantação de solução para acesso aos conteúdos de todas geradoras locais nos receptores de DTH (que pode ser a chamada caixa híbrida ou a retransmissão de todos os sinais no satélite). Esta obrigação valerá para os casos em que a operadora de TV por assinatura via satélite já leve sinais de outras geradoras locais concorrentes. Essa obrigação passa a valer três anos após a digitalização da TV aberta até o limite de dezembro de 2021.

A proposta aprovada na reunião de desta quinta aproveitou soluções apresentadas pelo relator inicial, ex-conselheiro Marcelo Bechara, e pelo conselheiro Igor de Freitas, em voto-vista. Bechara queria a distribuição das caixinhas híbridas nos locais onde uma geradora tinha sido carregada, mas a solução de isonomia seria implantada pelo prazo de cinco anos.

Freitas propôs o cronograma semelhante ao que foi aprovado hoje – três anos após a digitalização dos canais abertos -, mas defendia que a solução fosse distribuída apenas para emissoras com sinal digital, resolvendo o problema da viabilidade técnica de carre-

gamento.

Zerbone argumenta que não há dispositivo na lei que obrigue a agência a resolver definitivamente a questão da inviabilidade técnica. “Se assim fosse, a Anatel poderia exigir que as operadoras contratassem mais um satélite para carregar os mais de 500 canais”, disse.

Home passed

A proposta aprovada também trata dos casos de processos por descumprimento de obrigações referentes às metas de home-passed assumida pelas operadoras de TVs a cabo, mas cujo cumprimento se mostrou inviável economicamente. A proposta inicial, do ex-conselheiro Bechara, abria uma exceção, mas o conselheiro Igor de Freitas não vê possibilidade de reverter essa obrigação.

A sugestão de Zerbone é de que a prestadora do serviço de TV a Cabo que adaptar-se ao SeAC poderá solicitar, por razões de inviabilidade técnica ou econômica, a não exigência de novo cronograma de implantação do sistema (home passed), permanecendo a possibilidade de ser sancionada pelo descumprimento ao compromisso originalmente assumido.

A proposta ficará em consulta pública pelo prazo de 90 dias.

04/03/2016 - Telesíntese

Regulador mexicano confirma vencedores de leilão

A Telcel pagará US\$ 117 milhões e a AT&T US\$ 57 milhões

O Instituto Federal de Telecomunicações, o regulador do México, confirmou a vitória da Telcel (América Móvil) e AT&T no leilão das faixas AWS (de 1700-2100 MHz). Foram vendidos 80 MHz em fevereiro deste ano.

A Telcel pagará US\$ 117 milhões por duas faixas, uma de 20 MHz e outra de 40 MHz, enquanto a AT&T pagará US\$ 57 milhões por uma faixa de 20 MHz.

Resumo de Notícias

06/03/2016 - Vermelho

Festa da indignação no triplex da Globo em Paraty



"Hoje a festa é sua, hoje a festa é nossa, é de quem quiser, quem vier", cantavam os manifestantes que ocupavam a praia em frente ao triplex da família Marinho, em Paraty (RJ). A informação foi divulgada pelo Mídia Ninja que publicou fotos nas redes sociais. A mansão está registrada em nome de uma offshore registrada no Panamá e os Marinho negam sua propriedade.

"Farofeiros estão invadindo nesse momento a praia da família Marinho em Paraty—RJ, encravada no melhor ponto da Mata Atlântica brasileira. O triplex do clã hegemônico da mídia familiar foi ocupado neste domingo pela farofa chic da indignação", diz a reportagem.

E acrescenta que ao desculpar-se pela colaboração no Golpe de 64, a Globo alertou que já tramava outro. "Mas os tempos mudaram e já não somos os mesmos. Sabemos perfeitamente que seu império

foi erguido durante a ditadura militar com recursos que pertencem à sociedade brasileira. Tudo que é da Globo é nosso. Nós vamos invadir sua praia!".

Ainda de acordo com a publicação, outros rolezinhos serão marcadores. A reportagem lembrou que colunistas do jornal O Globo, também da família Marinho, defenderam em artigos a intervenção militar "no entanto, hashtag #OcupaRedeEsgoto é um dos temas mais comentados no mundo".

"Tradicional inimiga das causas populares e democráticas, a Rede Globo, líder do monopólio midiático brasileiro, tem se superado cada vez mais em termos de manipulação da informação, da mentira e do assassinato de reputações. Tudo em nome dos seus interesses políticos e comerciais. A família Marinho é a grande inimiga do interesse público no Brasil", conclui.



Resumo de Notícias

07/03/2016 - Vermelho

Lula desmonta com provas tese dos procuradores sobre palestras

Diferentemente dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Instituto Lula, divulgou nota na qual rebate as suspeitas lançadas sobre as palestras proferidas.

Sem apresentar provas, os procuradores afirmam que Lula seria o principal beneficiado do esquema porque 60% das empresas que contrataram suas palestras são investigadas na Lava Jato. O instituto afirma que as palestras foram realizadas, os valores, declarados, e os impostos, pagos.

Os procuradores apontam como “suspeita” – isso mesmo, suspeita e não prova – uma palestra em Santiago (Chile) marcada para 27 de novembro de 2013, que custou US\$ 200 mil à OAS. A base da “suspeita” se dá pelo fato de que e-mails de executivos da empreiteira indicam que o arquivo do contrato foi criado depois do evento, em 7 de janeiro de 2014.

O Instituto Lula aponta um link de um site chileno que informa que, na semana de 27 de novembro de 2013, o petista reuniu-se com empresários locais para tratar do setor elétrico.

O Portal Vermelho fez uma simples pesquisa em um site de busca na internet também encontrou várias publicações sobre o assunto. A primeira que aparece é a do jornal El País, do Chile.

Outra publicação pode ser encontrada no site do próprio instituto sob o título: “Ex-presidente participa do seminário ‘Desenvolvimento e Integração da América Latina’, em Santiago do Chile”.

O Vermelho também publicou matéria sobre a viagem, citando encontro do ex-presidente com Michelle



Bachelet, presidenta do Chile.

A nota também enfatiza que a LILS, empresa responsável pelas palestras, foi contratada por 40 empresas do Brasil e do exterior, e não apenas pelas investidas na Operação Lava Jato.

Além disso, a nota informa ainda que as doações da empresa ao instituto foram para garantir

a manutenção das atividades da própria entidade. “O instituto não transfere recursos ao ex-presidente”, enfatiza.

A nota também comentou as ilações de que a empreiteira OAS pagou, quando o ex-presidente deixou Brasília, R\$ 1,3 milhão à empresa Granero para a “armazenagem de bens do ex-presidente”. O instituto informa que não se tratavam de “objetos pessoais”, mas do acervo presidencial que, por lei, deve ser cuidado por ele.

Segundo a nota, a mudança do Palácio do Alvorada, “como ocorre com todos os ex-presidentes, foi providenciada pela Presidência da República”, e não por empresa privada.

O Instituto Lula também rebate o factóide criado sobre o sítio em Atibaia e o apartamento no Guarujá. “É de pleno conhecimento, não só dos investigadores da Lava Jato, mas da imprensa e da sociedade, que nem o apartamento do Condomínio Solaris [em Guarujá] nem o Sítio Santa Bárbara, em Atibaia, pertencem ou pertenceram, direta ou veladamente, ao ex-presidente Lula. A persistência nessa tese, desmontada pelos documentos e pelos fatos, é um atestado da parcialidade que orienta a investigação.”